

PT BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

De volta às ruas

Combate sem trégua ao governo Sarney e à sua política econômica, com a unificação das lutas do movimento popular e sindical, é o centro da tática do PT para enfrentar, nas ruas, no campo, nas fábricas e no Parlamento a ofensiva conservadora comandada pela Aliança Democrática. **Página 4.**

O golpe do mandato

Apoiado por governadores, militares, políticos conservadores e magnatas, o presidente Sarney apossou-se de mais um ano de mandato. Este verdadeiro golpe contra o povo, que defende eleições diretas este ano, tem desdobramentos segundo a estratégia do Planalto: ganhar as eleições municipais e escolher um sucessor capaz de dar continuidade à política da "Nova República".

Página 3.



As novas
teses
do PC
soviético
pág. 8

As
finanças
do PT
estão
mudando
pág. 10

Hobsbawn
dá
seu recado
ao vivo
última página

A luta do campo não tem parada

pág. 7

Economia

Diagnóstico

Uma guinada mais à direita

Claudio Serri
e Sérgio Sister *

Definido o mandato de 5 anos para o presidente Sarney, que tranquilizou os militares, os credores externos, as multinacionais e uma parte da burguesia brasileira - principalmente do setor exportador - já é possível prever uma mudança no quadro econômico. O cenário mais provável nos próximos meses, de acordo com economistas de diferentes orientações políticas e ideológicas seria o seguinte:

1. Com ou sem adiamento das eleições municipais, com ou sem monitoramento da economia pelo FMI, não há muito espaço para um verdadeiro arrocho no setor público. Cortes de gastos e salários não devem ir muito além do que já está. E a própria expansão monetária prevista para o resto do ano (16% ao mês) indica que não haverá também forte contenção na oferta de moeda e de crédito.

2. A definição do horizonte político da burguesia, junto com a estabilização dos gastos públicos nos patamares atuais e com o fechamento de um acordo com os credores, aumenta as perspectivas de uma retomada dos investimentos. Convém observar que tal retomada já era quase uma fatalidade diante do alto nível de concentração de riqueza financeira (dinheiro aplicado no *over*, por exemplo) nas mãos da burguesia nos últimos anos. Essa riqueza, como se sabe, só tem desdobramentos mais sólidos na medida em que ela se transforma em capital produtivo, capaz de gerar mais valia. Cerca de 30 bilhões de dólares ficam girando no *over* para financiar a dívida do governo, fora os 8 bilhões de dólares depositados pelos exportadores no Banco Central a título de proteção dos capitais obtidos mediante exportações. É um "capitalismo de ven-

to" e a burguesia já percebeu: com papéis e recibos na mão, está sujeita a um tremendo calote do governo ou a uma remuneração mais baixa mesmo que a inflação. Não é por outra razão, aliás, que vem se intensificando a remessa de dólares para o exterior.

3. Em reforço a essa tese da retomada dos investimentos, os economistas têm citado ainda a expressiva am-

pliação das exportações brasileiras. A queda do mercado interno - por força do arrocho salarial - tem levado as empresas a buscarem uma compensação lá fora. As vendas externas podem atingir 30 bilhões de dólares este ano (cerca de 10% do PIB). No outro lado da moeda, várias empresas acabam deixando vazios alguns espaços no mercado interno, ficando sujeitas a

perda de espaços para a concorrência internacional. Risco que se agrava com a nova política industrial que facilita a instalação de novos empreendimentos industriais no país. Uma exigência de internacionalização feita pelos credores. As empresas então têm que investir para não perder os espaços. Fora a própria necessidade de modernização do parque industrial para

Nos cenários desenhados pelos economistas, prevê-se um certo alívio na crise econômica, mas é preciso a oposição apresentar alternativas para combater o arrocho.

O ajuste recessivo

Resumo da análise do professor Paul Singer apresentada à executiva nacional

1. *O governo Sarney optou este ano por aprofundar uma política de ajuste recessivo cujos pilares são: restrição ao crédito; corte dos gastos públicos e investimentos; privatização de estatais; desindexação dos salários que permita mais arrocho que a URP; liberação geral dos preços.*

2. *O acordo com o FMI torna as medidas acima obrigatórias, em troca de uma certa entrada de capital do exterior.*

3. *Contrariando previsões anteriores, a economia está se comportando menos mal: a inflação mensal se estabilizou em cerca de 18%, ao invés de continuar subindo; as exportações cresceram 61% no 1.º trimestre de 88 (e tende a continuar subindo); os preços dos alimentos não deverão pressionar, à devido grande safra prevista este ano; o nível de emprego se mantém estável desde 87.*

4. *A luta contra o arrocho será muito difícil se a oposição não tiver uma proposta alternativa ao ajuste recessivo do governo.*

manter a competitividade brasileira no exterior.

4. Não se deve desprezar ainda o papel das conversões de títulos da dívida externa, com deságios cada vez mais baixos, que tornam barata a compra de ativos brasileiros por investidores estrangeiros.

5. O desdobramento natural desse processo exportador é gradual aumento do emprego que, por tabela, favorece a recomposição da massa salarial. Fica maior o poder de barganha dos trabalhadores, que poderão batalhar com mais sucesso na recuperação de seu poder aquisitivo. É importante observar que a partir de junho encerra-se o chamado "ciclo Bresser" - a recomposição das perdas salariais impostas pelo choque econômico de junho de 1987, quando foram garfados 26% de inflação na correção dos salários. Com o dissídio dos bancários no segundo semestre, praticamente todas as categorias terão reconduzido seus salários aos níveis vigentes antes do Plano Bresser.

A partir daí, as perdas vão decorrer apenas da defasagem entre a inflação e as URPs, que já é elevada.

6. Tudo isso pode convergir para um certo reaquescimento da demanda. Mas é quase inevitável que venha acompanhado por um agravamento da inflação. E, para que ninguém se engane, isso não dura muito tempo: cedo, emerge novamente com clareza o impasse distributivo que tem impedido a economia brasileira de deflagrar um novo ciclo de desenvolvimento prolongado: não dá para pagar os credores externos, remunerar regamente o capital financeiro, investir, sustentar um Estado eficiente e ainda prometer o atendimento das necessidades básicas do povo. O Cruzado, aliás, mostrou o que vem em seguida: novo arrocho caso a correlação de forças políticas fique congelada no quadro atual.

* Jornalistas de Economia

Sociedade

Conjuntura

O golpe do mandato

Diante da situação criada pela vitória dos 5 anos para Sarney, o PT, sem abandonar a luta no campo institucional, deve concentrar forças nas lutas de massas contra a política econômica e social do governo.

Depois de arrancar 5 anos de mandato no Congresso Constituinte, à custa de muita pressão e distribuição de favores, Sarney planeja a consolidação de seu governo ilegítimo com base em novas medidas antipopulares: um pacote econômico que expresse, simultaneamente, o reinício do pagamento dos juros da dívida externa e a implantação da nova política industrial. Também de imediato, há o risco de novas derrotas dos setores populares no segundo turno de votação da Constituinte, o que leva o PT a mobilizar e organizar um amplo movimento popular de denúncia da Constituição a ser aprovada.

Diante da nova situação criada pelo golpe do mandato, o PT, sem abandonar a luta no campo institucional, passa agora a dar mais ênfase à atuação no campo social e econômico: concentrar forças nas lutas de massas contra a política econômica e social do governo Sarney, tanto no campo institucional, quanto na frente sindical e popular, denunciando a transição conservadora, a ilegitimidade do governo e apresentando uma alternativa de governo expressa no programa da candidatura do companheiro Lula à Presidência da República.

Sintonizada com a conjuntura que se abriu nas últimas semanas, a Comissão Executiva do Diretório Nacional (CEN) apontou algumas linhas gerais de orientação para os militantes, bem como adotou algumas medidas práticas imediatas

para colocar o partido em movimento.

Em primeiro lugar, é necessário articular uma ampla mobilização para garantir e/ou ampliar, na segunda rodada das votações da Constituinte, as conquistas obtidas no primeiro turno. Ao mesmo tempo, porém, é preciso preparar a população para rejeitar, em plebiscito, a nova Constituição, caso ela não signifique um avanço minimamente aceitável pela população (veja o box).

Eixos de atuação

Ao mesmo tempo em que tenta impulsionar a mobilização popular para pressionar a Constituinte e para impedir as manobras que visam a adiar as eleições municipais, o PT voltará sua atuação para a campanha eleitoral de prefeitos e vereadores, transformando-a num momento privilegiado para ampliar nossa presença no Legislativo e Executivo municipais, para apresentar nossa alternativa de governo democrático-popular e para fazer a denúncia da nova Constituição.

No plano sindical e popular, o PT concentrará forças na defesa dos salários e das condições de vida dos trabalhadores. O partido também tentará articular greves de funcionários de empresas estatais com as lutas dos trabalhadores de empresas privadas, apresentando-lhes um plano mínimo de lutas e um programa básico de caráter nacional. Só assim será possível unificar a luta contra a política

econômica antipopular do governo.

Ainda nesse campo de atuação, é preciso articular entidades sindicais e populares para combater o aumento do custo de vida em todos os níveis: alimentação, habitação, transporte, saúde, tarifas públicas etc. Um terceiro eixo de atuação: as lutas no campo, a reforma agrária (ver o artigo na página 7), o combate aos crimes dos latifundiários e da repressão oficial aos trabalhadores rurais.

Medidas práticas

Além das tarefas de mobilização para o segundo turno da Constituinte, a CEN aprovou algumas medidas de ordem prática, entre elas a de iniciar desde já a campanha eleitoral. Avaliando as candidaturas nas capitais e nas cidades prioritárias (ver a reportagem na página 4), o DN deverá, também, uniformizar a linha política da propaganda do partido, a partir do Plano de Governo da candidatura Lula, da denúncia da Constituição e do apoio às lutas sociais e políticas contra o governo Sarney e os governos estaduais.

A CEN deverá, ainda, promover em breve uma reunião com petistas que in-

tegram as direções da CUT, MST, CPT, UNE, Andes e outras entidades, para traçar uma estratégia comum dos petistas, visando fazer crescer a mobilização contra a política econômica do governo.

Por último, a CEN deve-

rá fazer um estudo aprofundado, com o apoio do GT de Economia, da atual política econômica do governo, para apresentar um plano mínimo alternativo que dê respostas à crise atual do ponto de vista dos trabalhadores.



Ir às ruas para enfrentar a política do governo.

Lisy Leuba Salum

Sobre a Constituinte

Reunidos no último dia 3 de junho, em Brasília, a Comissão Executiva Nacional e os membros da Bancada Federal adotaram a seguinte decisão a ser assumida diante da Constituição a ser promulgada:

1. A Comissão Constitucional do DN, à qual devem se agregar três deputados federais (companheiros Florestan, Genoíno e Plínio), produzirá um documento de avaliação do processo constituinte brasileiro, incluindo a análise do Congresso Constituinte, do texto final da Constituição, da atuação da Bancada e do Partido em relação ao processo constituinte e ao Congresso Constituinte, e da conjuntura das demandas e pressões populares em relação à Constituição. O documento deverá ser entregue à CEN até a reunião de 9 e 10 de julho;

2. A CEN, em contato com a Bancada e a citada comissão, deverá organizar um amplo debate no interior do Partido, com consultas aos DRs e recomendação a estes que, por sua vez, consultem DMs e núcleos de base, sobre a posição que o PT deverá adotar em relação à nova Constituição;

3. Fica definido o Diretório Nacional como instância incumbida de adotar a posição do PT diante da nova Constituição;

4. Até que o DN aprove a posição oficial do Partido a respeito, fica mantida a decisão, já adotada na reunião da CEN, de 28 e 29 de maio, de considerar prematuro, neste momento e nestes termos, a tomada de posição de assinar ou não assinar a nova Constituição.

Eleições

Campanha municipal está nas ruas

PT já lançou candidatos em vários locais.

Antes mesmo da aprovação das eleições municipais na Constituinte o PT já pôs a campanha nas ruas em vários municípios do país. Em muitas cidades, inclusive nas capitais e grandes centros, o Partido já escolheu candidatos e aprovou plataformas de governo. A começar pelo companheiro Olívio Dutra, presidente nacional do PT, lançado com boas chances candidato a prefeito de Porto Alegre, até a companheira Luiza Erundina, pré-candidato vitorioso na prévia do último fim-de-semana na capital de São Paulo (*ver a reportagem abaixo*),

parlamentares e lideranças devem disputar postos no Executivo. (*No próximo número do BN, vamos publicar um amplo painel da campanha eleitoral petista*).

A orientação geral da campanha, traçada no 5.º Encontro, vem se impondo pouco a pouco, apesar das dificuldades de entender a política de alianças e a necessidade de buscar alianças no campo popular. Há algumas dificuldades, também, de lançar candidatos a prefeito em alguns municípios, o que compromete

nossos objetivos políticos e eleitorais.

É importante entender que a polarização num pleito municipal isolado se dá basicamente em torno da candidatura a prefeito. Daí que, sem esse candidato (próprio ou em coligação), deixamos um espaço aberto e acabamos prejudicando a própria eleição de muitos vereadores.

Desde já, a Comissão Nacional de Eleições Municipais vem promovendo cursos de política municipal em todos os Estados. Até agora, já foram realizados cursos em 15 Estados. O temário dos cursos, que duram

dois dias, envolve discussões como a organização da campanha, a escolha do candidato, a política de coligações e alianças, o papel do vereador, a importância da política municipal, enfim uma ampla pauta cujo objetivo é capacitar melhor os petistas diante da expectativa favorável de ampliarmos significativamente nossa participação nas administrações locais em todo o país. Por fim, a Comissão está programando, para os próximos dias 30 e 31 de julho, a realização em São Paulo de um Seminário sobre Propaganda Política Eleitoral.

São Paulo

Luiza Erundina é a nossa candidata

Luiza Erundina de Souza, líder do Partido na Assembleia Legislativa, é nossa candidata à Prefeitura de São Paulo, numa eleição em que estará em jogo não só a administração do maior centro econômico e político do País, mas o próprio destino da eleição presidencial de 1989. A escolha de Luiza, definida numa prévia eleitoral, dia 12 passado, da qual participaram cerca de 30% dos 30 mil filiados na capital, foi um exemplo de participação política e de exercício da democracia existentes no PT. Luiza venceu na disputa o vice-líder da bancada petista na Constituinte, companheiro Plínio de Arruda Sampaio (foram 5.044 votos contra 3.982, ou 56% a 44%, descontados os inexpressivos brancos e nulos), que vai contribuir na campanha com sua experiência política e administrativa relativa aos problemas de São Paulo.

Simultaneamente à prévia, foram eleitos os delegados das 35 zonais, que, nos dias 1, 2 e 3 de julho próximo, vão escolher o novo Diretório Municipal da Capital, vão aprovar a tática eleitoral, vão indicar a chapa de vereadores e elaborar a plataforma de governo.

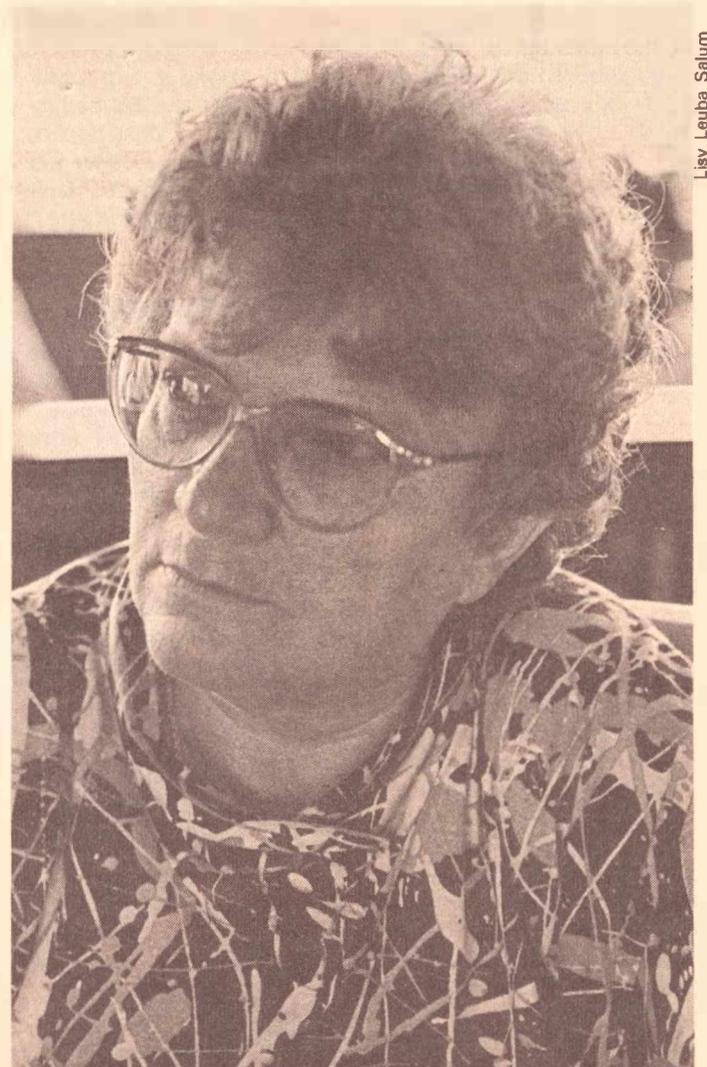
Estimulados pela polarização do debate político da campanha da prévia, a maior parte dos diretórios zonais ampliou o número de filiados que normalmente comparece aos encontros e, graças a isso, aumentou significativamente o número de delegados que deverá participar do Encontro da Capital.

Política de alianças

Se a prévia foi uma espécie de largada militante para a campanha eleitoral, o Encontro deverá fazer os ajustes necessários na linha da campanha, inscreven-

do-a nos limites das Resoluções do 5.º Encontro. Será o momento não só de estabelecer os vínculos necessários entre a disputa da capital e as questões mais gerais do país (tendo aí o Programa Alternativo de Governo do PT uma grande função a cumprir), como também a ocasião para definir uma política de alianças que dê maior amplitude à candidatura da companheira Luiza Erundina.

Nesse sentido, a direção do PT deverá dar continuidade às conversações que se iniciaram, seja por Plínio, seja por Luiza, durante a fase de pré-candidaturas. A orientação para estes contatos deverá levar em conta as linhas básicas de nossa plataforma de governo, nosso compromisso com a independência de classes dos trabalhadores e a luta pelo socialismo, e uma postura de oposição à "Nova República", ao governo Quéricia,



Erundina: 56% dos votos na prévia.

à administração Jânio Quadros e à direita em geral. Unido o PT em torno da companheira Luiza Erundina, é necessário agora que todo o esforço de campanha se dirija para fora do

PT, atraindo alianças e apoios eleitorais que sejam capazes de eleger uma numerosa e combativa bancada de vereadores e de nos levar à vitória na disputa da Prefeitura.

Diretas

A candidatura vai em frente



Nossa campanha presidencial continua de pé, mesmo com a vitória dos 5 anos para Sarney, apoiando-se agora nas eleições municipais.

Vladimir Pomar*

O adiamento das eleições presidenciais para 1989, conquistado por Sarney e sua base de sustentação partidária (PMDB, PDS, PFL) coloca para a candidatura presidencial do PT algumas questões novas. Em especial, sua manutenção ou não e seu enlace com as eleições municipais.

O entendimento da Comissão Executiva Nacional é de que a candidatura presidencial do PT deve ser mantida e que seus objetivos fundamentais continuam válidos. A candidatura Lula, articulada com o Programa Alternativo de Governo do PT, permanece como importante instrumento de mobilização de massas na luta contra Sarney, contra a "Nova República" e sua política e por um novo governo democrático e popular.

Entretanto, seria irreal iniciar desde já uma campanha massiva de propaganda e de comícios pelo candidato do PT à Presidência da República. Assim, durante 1988, a campanha Lula — Presidente vai se concentrar no apoio às campanhas mu-

nicipais do Partido, contribuindo para evitar novo golpe contra os brasileiros, expresso nas tentativas de adiamento das eleições municipais, e para eleger o maior número possível de prefeitos e vereadores petistas.

A viagem do companheiro Lula pelo Brasil, a partir de agosto, se enquadra nessa perspectiva de mobilizar a militância petista e os trabalhadores na luta para derrotar a política governamental antes e durante as eleições.

Essa articulação da candidatura presidencial do PT com as eleições municipais deve contribuir, por sua vez, para consolidar a estruturação da campanha presidencial nos municípios e nos Estados. Em outras palavras, a estrutura organizada para as eleições municipais deve ser pensada desde agora para servir de base à campanha presidencial em 1989. Ao mesmo tempo, iniciativas como a da Mata Sul (ver o box) devem ser estimuladas no sentido de manter viva a candidatura Lula e fazê-la aproximar-se cada vez mais das grandes massas trabalhadoras brasileiras.

*Coord. da Campanha Presidencial

O exemplo de Pernambuco

Publicamos abaixo carta dos companheiros do Comitê pró-Lula da Mata Sul, em Pernambuco, informando sobre a organização da campanha na região. Esta iniciativa é um bom exemplo de como dar sustentação à candidatura Lula, mesmo com o adiamento das eleições presidenciais:

"Prezados companheiros da Coordenação Nacional da campanha presidencial:

Criamos o Comitê Mata Sul pró-candidatura Lula!

A Mata Sul é uma das regiões de Pernambuco onde predomina a monocultura da cana-de-açúcar explorada pelo trabalho escravo presente entre trabalhadores clandestinos, rurais e operários de usina de açúcar.

O Comitê surgiu da necessidade sentida pelos diretores da região em ter uma

organização conjunta na estruturação da campanha presidencial do PT, uma vez que a região tem problemas similares e peculiares, criando desde já um clima propício à divulgação e crescimento da candidatura.

Na última reunião tiramos alguns objetivos específicos do comitê:

- a) Elaborar e encaminhar o lançamento da candidatura Lula em todos os municípios da região, mesmo os que ainda não tenham diretório do PT;*
- b) Estruturar uma campanha financeira;*
- c) Organizar formas alternativas de divulgação e mobilização;*

d) Aglutinar setores não petistas, mas que simpatizem com a candidatura Lula para um engajamento na cam-

panha, ampliando o mais possível a candidatura;

- e) Com o fortalecimento do Comitê, elaborar subsídios para o programa alternativo de governo do PT, bem como informar questões regionais para contribuir nos debates e comícios com Lula na região.*

Gostaríamos, portanto, de estreitar o mais possível os contatos com a Coordenação Nacional para trocar idéias e informações. Nosso endereço é o seguinte:

*A/C José Auri de Gusmão Vasconcelos
Rua Senador Salgado Filho
n.º 1
55400 - Catende - Pernambuco*

Saudações petistas,

*José Auri de Gusmão Vasconcelos
(Coordenador do Comitê Mata Sul)*

Correção

O artigo "A Armadilha da Nova Constituição", publicado no BN n.º 35, de maio, nas páginas 4 e 5, saiu truncado, devido a uma falha técnica.

A ordem correta da leitura é a seguinte, segundo os intertítulos: 1) Os dois desvios; 2) Sem surpresas; 3) Protesto isolado; 4) "Levar chumbo"; e 5) Ação de massas.

E mais:

O título correto da quarta carta da Seção de Cartas do BN n.º 35 (pág. 15) é "Mais uma espia na diplomacia".

Movimentos

Sindical

As novas tarefas da CUT

Ao completar 5 anos, a entidade realiza seu 3.º Congresso, em Belo Horizonte, buscando consolidar seu caráter dirigente e organizador dos trabalhadores.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizará em Belo Horizonte, entre 7 e 11 de setembro, o seu 3.º Congresso Nacional, onde serão discutidas as novas tarefas que se põem à frente da entidade após cinco anos de existência. Cerca de oito mil delegados das regiões urbanas e rurais de todo o país deverão participar do encontro, superando o número de participantes no 2.º Congresso, que reuniu 5.564 delegados, em 1986, no Rio (ver a tabela).

Segundo Jorge Lorenzetti, membro da Executiva da CUT e responsável pela organização do congresso, 17 diferentes teses foram apresentadas oficialmente à comissão organizadora do congresso, que deverão ser discutidas pelas assembleias de base para que, em cima delas, sejam escolhidos os delegados. Para facilitar a discussão, a CUT vai imprimir 20 mil exemplares das teses e distribuí-los aos sindicatos. "Através das assembleias, faremos um levantamento das modificações e adendos às propostas - que serão apreciadas por uma espécie de comissão de sistematização do congresso da CUT - e, em seguida, imprimiremos uma segunda edição das teses para discuti-la nos dias do encontro", observou Lorenzetti.

O dirigente da CUT informa que a pauta do congresso



Rio de Janeiro sediou o último Congresso

terá quatro pontos: 1) avaliação da conjuntura política do país e balanço das lutas sindicais; 2) concepção e prática sindical e os estatutos da CUT; 3) plano de lutas unificadas; 4) eleição da nova direção nacional da entidade. Lorenzetti sublinha que "este 3.º Congresso da CUT representará a passagem para uma nova etapa da nossa entidade, uma etapa de consolidação de seu caráter dirigente e organizador dos trabalhadores a nível nacional".

Balanço da entidade

Desde que foi fundada, em 1983, a CUT não parou de crescer. Hoje participam dela 1.200 entidades sindicais representando mais de 15 milhões de trabalhadores. A

cada dia aparece um novo sindicato querendo aderir à entidade nacional, referenciado na sua combatividade e atraído por sua concepção classista. O balanço desses últimos cinco anos é, portanto, positivo.

Mas ainda há sérios obstáculos a serem transpostos até a sua consolidação definitiva. Segundo Tirso Marçal, assessor da secretaria sindical nacional do PT, um dos grandes problemas da CUT atualmente é o corporativismo que permeia em geral a prática dos sindicatos brasileiros, mesmo entre os cutistas. "Isso faz com que a entidade seja ainda predominantemente uma fluida articulação de sindicatos e não uma central sindical no sentido exato do termo, com todo o aparato or-

ganizativo necessário à direção cotidiana das lutas", afirma Marçal.

Um exemplo desta questão diz respeito à filiação das entidades à CUT: apesar de reunir em torno de si mais de mil sindicatos, a CUT tem 400 entidades formalmente filiadas a ela. "A diferença entre os dois é que o filiado paga sua contribuição e o não-filiado não paga", observa o assessor do PT, que defende a obrigatoriedade da filiação formal de todas as entidades participantes da CUT.

Outro tema estatutário importante trata da proporcionalidade do número de delegados ao congresso por base sindical. Atualmente, esta proporcionalidade é calculada segundo o número total de trabalhadores na base. Marçal avalia que "esse critério não leva em conta o nível real de mobilização e organização dos sindicatos, já que uma entidade com uma base grande mas com pequeno número de associados pode tirar mais delegados que uma outra com base menor mas alta porcentagem de associados".

Quanto à atuação sindical da CUT, os delegados do 3.º Congresso deverão debater a luta pela superação da velha estrutura oficial do sindicalismo brasileiro. A questão é: como negar esta estrutura atuando em seu interior? "Isso não se enfrenta apenas dizendo que se é contra; o que diferencia um sindicato cutista dos demais é a sua prática". Essa prática - lembra Marçal - se revela quando o sindicato leva à frente a substituição do imposto sindical pela contribuição voluntária dos filiados, organiza os trabalhadores por local de trabalho (formando comissões de fábrica) e, principalmente, mobiliza-os contra a crise.

Nos próximos números do BN faremos uma apresentação resumida das teses que serão discutidas nas assembleias de base.

Informes

Resultados da combatividade

Segundo o Departamento Estadual dos Metalúrgicos da CUT, os cerca de 450 mil trabalhadores espalhados por Araraquara, Campinas, Itu, Jundiaí, Limeira, Santo André, São Bernardo e Diadema, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté e São Caetano do Sul, liderados por sindicatos cutistas, conquistaram 256,91% de reajuste salarial entre dezembro de 87 e junho deste ano. Enquanto isso, os metalúrgicos de São Paulo - sob o comando dos pregadores do "sindicalismo de resultados" - infelizmente só obtiveram 185,19%.

Violência na Colômbia

O dirigente da CUT (Central Unitária dos Trabalhadores) da Colômbia, Hector Fajardo, esteve no Brasil durante a primeira semana de junho, para denunciar a onda de violência contra os trabalhadores organizados pela entidade, que desde março já causou 72 mortes, além de ferir 29.

A CUT colombiana foi fundada em novembro de 1986 e aglutina cerca de 80% dos trabalhadores sindicalizados no país (800 mil).

Atividades da SSN

A Secretaria Sindical Nacional do PT (SSN) promoveu nos dias 11 e 12 de junho passados, em Taboão da Serra (SP), um encontro dos representantes das secretarias sindicais estaduais. Os militantes discutiram a intervenção do partido no 3.º Congresso da CUT e, entre outras deliberações, propuseram uma campanha pela revogação do imposto sindical.

Um congresso representativo

(representantes de quase 12,5 milhões de trabalhadores participaram do 2.º Congresso da CUT, no Maracanãzinho, em agosto de 1986)

Classificação	N.º entidades	N.º representantes	Trabalhadores representados
Rurais	366	1.953	4.345.557
Indústria	182	1.201	3.029.384
Serviços	276	1.464	3.678.320
Func. Públicos	114	616	979.650
Prof. Liberais	76	330	390.303
Total	1.014	5.564	12.423.214

Rural

Latifúndio vence na Constituinte

A decisão do Congresso desobrigando a grande propriedade de terra de cumprir sua função social impõe mais desafios à luta pela reforma agrária no Brasil.

Hamilton Pereira*
(Pedro Tierra)

Vestido pela armadura da "propriedade produtiva", o latifúndio foi posto acima da Constituição. O resultado da votação de 10 de maio de 1988 desobriga a grande propriedade fundiária de cumprir sua função social: ela é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária em qualquer circunstância. Tal resultado, que legaliza o privilégio de casta dos latifundiários, ao mesmo tempo que nega o direito de cidadania aos trabalhadores rurais, foi obtido por meios escusos, manobras regimentais, falsificação de assinaturas de parlamentares, com a conivência do presidente da Mesa, deputado Ulysses Guimarães.

A votação de 10 de maio estabelece um novo patamar na luta pela reforma agrária no Brasil. E propõe um movimento sindical e popular no campo - e ao conjunto da sociedade brasileira - desafios urgentes.

Mais de um milhão de brasileiros estiveram envolvidos em conflitos no campo nos últimos 12 meses. Entre eles, mais de 800 mil disputaram a posse da terra em pequenos ou grandes conflitos dispersos por todo o país. Essa dispersão das lutas no campo tem sido historicamente e sua condenação. Ela impede que essas lutas se traduzam em expressão política e pesem de forma eficaz no confronto das classes; as exceções a esta regra são raríssimas.

Vencer o isolamento

O desafio é claro: unificar uma proposta de luta pela reforma agrária que contemple todo o campo popular para superar, ainda

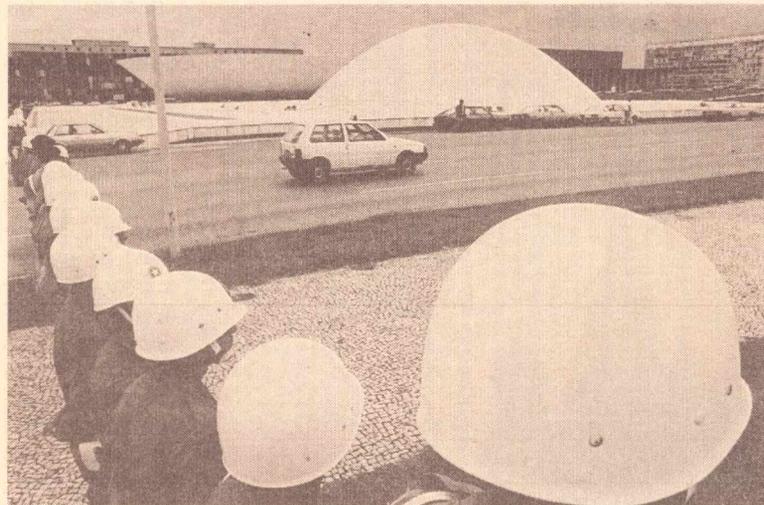
que de forma limitada, esse isolamento e acumular a energia necessária para enfrentar o novo latifúndio, cuja expressão política na sociedade é a UDR. Por outra parte, enfrentar a política anti-reforma agrária do governo Sarney, que converteu o Mirad em balcão de negócios e, por meio do Ministério da Agricultura, estabeleceu uma política agrícola de destruição acelerada da pequena propriedade.

Tendo claro que vamos travar uma luta pela reforma agrária a partir de agora em condições mais difíceis que durante o regime militar - o que exige uma política de acúmulo de forças -, coloca-se o desafio de articular as lutas dos pequenos produtores. Devemos propor para os pequenos produtores - particularmente no Sul, onde se encontram asfixiados pelos juros bancários e com suas propriedades sendo levadas a leilão

- uma política agrícola diferenciada, com as exigências imediatas de desapropriação de terras para atender as 15 mil famílias acampadas em todo o país.

Dia de denúncia

Combinar estas lutas de massas com a denúncia do texto da nova Constituição é tarefa imediata. Cumpriremos desse modo um passo indispensável no sentido de desvendar, junto com os



PM vigia manifestação de camponeses em Brasília

Protásio Nenê

trabalhadores, os liames políticos que conduziram ao retrocesso de 10 de maio.

O 25 de julho de 1988, *Dia do Trabalhador Rural*, será o dia nacional de denúncia da nova Constituição. Os trabalhadores rurais, que recolheram mais de 1,2 milhão de assinaturas em apoio à emenda popular da reforma agrária, que participaram de todo o processo constituinte nas subcomissões e comissões temáticas, que realizaram a mais numerosa e mais bem organizada manifestação de massa dos setores populares com as caravanas de outubro de 1987, têm toda a autoridade para denunciar a ilegitimidade do texto constitucional. E denunciar um a um todos os parlamentares que se renderam às pressões da UDR ou à sedução dos seus cofres. Esses senhores serão denunciados como inimigos da reforma agrária, inimigos da democracia.

Somando os esforços de todo o campo popular, teremos condições de fazer chegar à sociedade brasileira a decisão de homens e mulheres que produzem os alimentos desse país, de não acatar uma Constituição escrita às suas costas. A sociedade brasileira saberá que a luta contra a miséria, a luta pelo direito dos trabalhadores rurais - os descendentes sociais dos escravos -, a cidadania, a luta pela democracia no Brasil passa inevitavelmente, queiram ou não os latifundiários, pela realização da reforma agrária. Com essa Constituição ou sem ela. Porque acima do direito de propriedade está a lei da sobrevivência. Mais do que nunca fica claro para os trabalhadores que a luta faz a lei.

*Secretário Agrário Nacional

Líder rural é assassinado

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio (RJ), Sebastião Lan, foi baleado em frente à Fazenda Campos Novos, na altura do km 123 da rodovia Amaral Peixoto. O atentado ocorreu às 7h da manhã do dia 6 de junho. Sebastião era posseiro da fazenda, onde há conflitos de terra desde 1968.

Casado, 46 anos, pai de nove filhos, o líder rural tinha uma audiência marcada para o dia seguinte com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, onde iria discutir problemas relacionados com a desapropriação da

Campos Novos. Segundo testemunhas, os criminosos levaram uma pasta em que ele guardava documentos denunciando a violência contra posseiros.

Sebastião levou cinco tiros (dois deles na cabeça) de revólver 32, disparados por dois homens que estavam em um fusca branco. Suspeita-se que o assassinato ocorreu a mando dos grileiros da própria fazenda. Os litígios na zona rural de Cabo Frio existem a cerca de 15 anos, época em que ocorreu o primeiro assassinato de um lavrador. Em 1976, um casal foi morto a tiros quando resolveu en-

frentar homens armados que destruíram suas plantações com um trator.

O município de Cabo Frio é considerado área prioritária para efeito de reforma agrária. O decreto que originou a desapropriação pelo Incra é de 1-68. Em setembro de 1983, o Incra concedeu a imissão de posse aos trabalhadores rurais (cerca de 300 famílias de posseiros), abrangendo uma área de três mil hectares. Outra área, de 1,8 mil hectares, teve o decreto de desapropriação assinado pelo presidente da República, mas ainda não houve imissão de posse.

Internacional

União Soviética

PC discute rumo da “glasnost”

Nas teses em debate pelo Comitê Central do PC soviético, a renovação promovida por Gorbachev na política e na economia ganha força dentro do aparelho.

A julgar pelas teses apresentadas pelo Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) à 19.ª Conferência Extraordinária do partido, que se inicia no próximo dia 28 de junho em Moscou, as reformas políticas e econômicas em curso no país deverão ter importantes desdobramentos.

As propostas do Comitê Central foram divulgadas recentemente pela imprensa brasileira (ver a íntegra na **Folha de S. Paulo**, 28/5/88) e merecem algumas observações:

1) Resgatando opiniões já expressas pelo dirigente Mikhail Gorbachev em discurso e textos escritos, as teses situam o processo reformador como “a entrada do socialismo numa etapa qualitativamente nova”, caracterizada pelo “fomento da democracia, autogoverno do povo, reforma econômica radical, purificação moral da sociedade e aproveitamento das potencialidades criadoras do indivíduo, provenientes de seu desenvolvimento livre e multilateral”.

Pluralismo

Essa definição consagra a idéia de que a reestruturação econômica e tecnológica do país (cunhada pelo termo russo “perestroika”), que visa a modernização da indústria e agricultura, o aumento da produtividade do trabalho e a melhoria do padrão de vida da população, só poderá ter êxito com o pleno desenvolvimento da “glasnost” (a palavra russa que designa a democratização das instituições políticas e culturais). O texto do PCUS em diversos momentos assinala que essa última relaciona-se



Moscou é a sede da 19.ª Conferência do Partido Comunista

com a defesa do “pluralismo de opiniões”, a garantia dos “direitos do indivíduo”, o acesso a toda informação e a “consideração obrigatória”, por parte do governo, da opinião pública. Mas não se trata de uma admissão abstrata das liberdades políticas no socialismo: o que está em questão - e é neste ponto que o embate entre “conservadores” e “reformistas” se estabelece - é a possibilidade real dos trabalhadores controlarem o processo produtivo, criticá-lo e modificá-lo. Eis porque a “glasnost” não pode ser vista (sob pena de deixar incompreensível o que se passa hoje na URSS) como uma simples recuperação de valores da democracia liberal clássica; para o liberalismo, o processo produtivo é privado e, por isso, desprezado como objeto de democratização. No socialismo, por maiores que sejam as suas deformações, o simples fato de se estabe-

lecer a propriedade coletiva dos meios produtivos faz com que a política atinja um âmbito que nunca foi admitido pelos liberais: a economia. O que as teses deixam claro é que esta politização da economia - cuja versão ditatorial acabou levando o país à estagnação - deve agora cultivar a “liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e comícios”, a “garantia da inviolabilidade da pessoa, sigilo da correspondência etc”; em suma, todas aquelas bandeiras que o movimento operário foi o primeiro a erguer, antes mesmo da burguesia as ter admitido (e, frequentemente, violado).

Economia

2) Quanto à economia propriamente dita, as teses pouco avançam em relação ao que já foi definido em outros encontros do PCUS. O que se nota é uma expecta-

tativa otimista em relação às medidas tomadas recentemente pelo Soviete Supremo (o Parlamento soviético) que põem em prática a chamada “passagem dos métodos administrativos de gestão para métodos propriamente econômicos e o fomento do interesse dos coletivos de trabalhadores pelo resultado final do trabalho”. Em outros termos, a definição reitera a necessidade de tomar como parâmetro fundamental da economia o mercado consumidor. A idéia tem várias implicações: autogestão das empresas estatais (com possibilidade de fechamento daquelas cujos produtos não “vingarem” no mercado), crítica ao igualitarismo - é isto que, concretamente, significa levar em conta as “potencialidades do indivíduo”, assumindo-se a diferenciação entre eles, não segundo classes sociais, mas segundo o grau de instrução, criatividade e competência - e ênfase na qualidade dos produtos e não na quantidade produzida. É aqui, no cotidiano do mundo do trabalho, que a resistência às reformas poderá ser cada vez mais aguda,

dado o acúmulo de muitos anos de uma prática paternalista do Estado (subsídios às empresas estatais, aos bens de consumo etc).

3) Quanto à democratização das instituições políticas, há que se assinalar propostas bastante polêmicas que dizem respeito à vida do próprio Partido Comunista: as teses assumem, desta vez explicitamente, que a luta interna do partido deve resultar na postulação de múltiplas candidaturas para disputar os cargos dos órgãos dirigentes, disputa que seria decidida por voto secreto. Além disso, propõe a alternância na ocupação dos cargos dirigentes, ao limitar o tempo de duração dos mandatos. Essas propostas podem soar diminutas para os que esquecem o peso que representa o PC na vida política e social deste país. Historicamente, foi a repressão às diferenças entre os próprios bolcheviques que abriu campo para uma prática de anestesiamiento das instituições soviéticas. O pluralismo na sociedade passa pelo restabelecimento do pluralismo dentro do PC. (Cícero Araujo)

O que há para ler sobre a URSS

A produção editorial brasileira oferece aos interessados uma vasta literatura sobre a sociedade soviética nos campos mais diversos: política, economia, ciência, tecnologia e artes em geral.

Especificamente sobre a história do socialismo no país, a leitura da clássica trilogia do historiador marxista Isaac Deutscher - “O Profeta Armado”, “O Profeta Desarmado” e o “O Profeta Banido”, todos editados pela Civilização Brasileira - , contando a trajetória do controvertido revolucionário Leon Trotsky, é indispensável.

Uma rica análise da questão também pode ser encontrada na coleção “História do Marxismo”, volume 7, organizada por Eric Hobsbawm e editada pela Paz e Terra. Sobre a sociedade soviética contemporânea, vale a pena ler a coletânea de artigos publicada no Brasil com o título “O Projeto Gorbachev”, pela editora Mandacaru. Já a trama que levou o atual dirigente do PCUS ao poder é narrada com detalhe em “Gorbachev”, do biólogo soviético Zhores Medvedev, lançado pela José Olympio Editora.

Cultura

Comunicação

Novo golpe dos reis da verdade

Perseu Abramo *

A maioria conservadora e reacionária do Congresso Constituinte prepara-se para desferir mais um golpe contra a democracia. Na segunda rodada de votação, que terminará em poucas semanas, o PMDB, o PFL, o PDS e o PTB tentarão suprimir, com emendas, o Conselho de Comunicação aprovado na primeira rodada. Nessa empreitada, o Centrão e a UDR estarão respaldados pelo Governo Sarney e pelos "lobbies" dos proprietários dos grandes meios de comunicação, principalmente a ANJ (Associação Nacional de Jornais) e a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). É possível que figurões da SIP (Sociedade Interamericana de Prensa) - o clube dos donos da comunicação de massa na América Latina - se associem ao golpe.

Tudo indica, portanto, que eles poderão ter êxito, principalmente se não houver nenhuma resistência popular contra a ameaça.

Pouca democracia

Mas o que é, afinal, esse Conselho contra o qual se assanham as forças da reação?

É só o que sobrou, no Congresso Constituinte, de um conjunto de medidas que visavam democratizar o processo de comunicação de massa no Brasil e que vinham sendo debatidas e propostas desde 1982 por sindicatos de jornalistas, partidos políticos e entidades de massa. Essas propostas, na sua essência, chegaram a constituir uma das emendas constitucionais populares levadas ao Con-

Amparados pela ABERT e pela ANJ, os setores conservadores e reacionários do Congresso Constituinte querem suprimir o Conselho de Comunicação, a única coisa que sobrou de um projeto de ideais democráticos.

gresso Constituinte em meados do ano passado. Mas já a própria Comissão de Sistematização do Congresso reduziu-as a um quase inócuo Conselho de natureza técnica e consultiva como apêndice do Congresso Nacional.

Pouca democracia, para o que se queria. Mesmo assim, é tudo o que resta, e essa mesma pouca democracia o Congresso Constituinte quer agora liquidar.

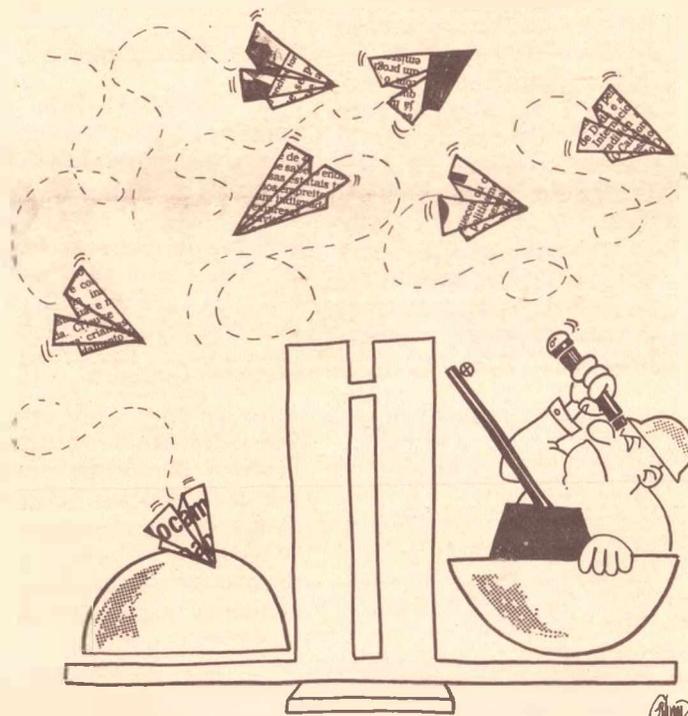
Não é mercadoria

Os que, nos últimos anos, tanto em entidades sindicais e populares, quanto em partidos políticos, têm procurado prefigurar as linhas mestras de um sistema democrático de comunicação para uma sociedade democrática, apontam como básicos os seguintes itens essenciais:

* comunicação não pode ser mercadoria. A iniciativa privada deve ficar fora do campo da comunicação social. Somente o Estado ou fundações e associações civis sem fins lucrativos, e sob controle democrático popular, podem explorar os meios de comunicação impressos e de radiodifusão.

* mesmo assim, nenhum grupo pode deter mais de um meio de comunicação, para evitar a formação de monopólios, oligopólios, trusts e cartéis. Outras medidas antimonopolistas também são previstas.

* além do Estado, as enti-



dades de representação popular, sindical, comunitária, e político-partidária, devem ter preferência na exploração dos meios de comunicação, sob as formas já citadas de fundações ou associações civis sem fins lucrativos.

* as diretrizes da comunicação de massa - incluindo-se aí os critérios e as decisões sobre concessões e prorrogação ou fim de concessões de canais de radiodifusão (Rádio e TV) - devem ser elaboradas, aplicadas e fiscalizadas por um Conselho Nacional de Comunicação Social, autô-

mo e independente de qualquer poder, amplamente representativo de toda a sociedade, e, por conseguinte, com maioria clara de representantes da classe trabalhadora. Esse Conselho pode ter seções regionais e municipais, e deve ser mantido com fundos provenientes da exploração publicitária dos próprios meios de comunicação.

* os trabalhadores em entidades de comunicação devem formar conselhos internos de representantes, com poderes para interferir na linha editorial e na programação dos veículos.

* o público representa-se no Conselho Nacional (com seções regionais e locais) e terá garantidos todos os direitos de resposta, reclamação, correção e réplica, bem como de reprodução de contraditórios. O Estado porá seus recursos técnicos e materiais e suas máquinas à disposição das entidades representativas da comunidade para difusão de informações e de idéias, sob regulamentação do Conselho de Comunicação.

Imagem pálida

Essas, as linhas gerais de um sistema democrático de comunicação, capaz de contribuir para a edificação de uma sociedade democrática.

Os dois documentos que mais se aproximaram dessas linhas mestras em seu conjunto foram o Projeto de Constituição do Partido dos Trabalhadores e a Emenda Constitucional Popular apresentada pela Fenaj (Federação Nacional de Jornalistas) e outras entidades. Naturalmente, ambas as propostas foram ignoradas pela maioria conservadora e reacionária do Congresso Constituinte - e da qual uma parcela de quase duas centenas de parlamentares é constituída de proprietários de jornais, revistas, estações de rádio ou de televisão.

O que o Congresso Constituinte acabou aprovando é uma espécie de comissão técnica composta de membros do Executivo e do Legislativo. Uma pálida imagem, portanto, da proposta original de um Conselho representativo e autônomo. Em todo o caso, um milímetro melhor do que agora, em que só o Executivo dá ou tira canais de radiodifusão, sem ver nem ouvir ninguém.

* 2.º Secretário da CEN

Painel

Finanças

A contribuição dos militantes

O rápido crescimento numérico do PT vem exigindo correções e ajustes na sua organização, capazes de garantir seu desenvolvimento como partido revolucionário e de massas. Uma das áreas necessitadas de correções é a das finanças, e foi para isso que 22 tesoureiros das Executivas Estaduais se reuniram dias 4 e 5 de junho, em Brasília, no 2.º Encontro Nacional de Tesoureiros. O tema principal da reunião foi a necessidade de se elaborar e aplicar uma nova política de finanças.

“Trabalhávamos conforme as orientações aprovadas pelo Diretório Nacional em 1982, quando se definiu que cada filiado ou simpatizante deveria contribuir com o preço de um cafezinho, no mínimo”, informa Geraldo Magela, secretário nacional de Finanças e tesoureiro geral do PT. A política de arrecadação e distribuição das contribuições tomava por base este critério, calculado para o número total de filiados que em boa parte não tinham atuação partidária regular. Daí que os totais obtidos ficavam completamente fora da realidade do partido.

Mas, com o crescimento do partido e sua melhor estruturação, inclusive nas áreas de organização e finanças, tornou-se urgente aperfeiçoar as formas de gerar recursos. Além disso, a inflação acabou tornando irreal o valor do “cafezinho” como base de contribuição. Impunha-se uma nova política financeira, com novos critérios, novas bases e novos valores.

Um por cento

Definiu-se no Encontro de tesoureiros que a nova política deve ser implementada desde o momento da filiação. Finanças deve ser uma das primeiras questões a ser discutida com os que pretendem entrar no PT: se queremos um partido independente, de massas e am-

Tesoureiros dos diretórios regionais propõem novas formas de gerar recursos. e que cada filiado dedique 1% de sua renda líquida ao partido

plamente democrático, precisamos de finanças que venham voluntariamente dos que têm o socialismo como bandeira de luta. Isso, também, para que o PT deixe de depender, quase preponderantemente como é hoje, da contribuição de seus parlamentares.

“É uma indicação de que devemos mudar nossa visão de quais devam ser as relações entre o PT e o Parlamento”, diz Magela. Para ele, o PT deve participar do Parlamento como uma das formas de intervir politicamente no processo de mudança social, mas não para servir-se do Parlamento para resolver seus problemas internos de estrutura e organização.

Assim, a reunião de tesoureiros debateu as maneiras de iniciar a aplicação da resolução do DN que passou a fixar a contribuição obrigatória mínima de cada filiado em 1% (um por cento) de sua renda líquida de-

clarada. O recolhimento da contribuição deve ser feito pelos núcleos, enquanto não houver uma forma centralizada de arrecadação. A reunião também enfatizou a importância de aplicar rigorosamente o dispositivo regimental que só permite a participação nas instâncias deliberativas a quem estiver em dia com a tesouraria.

Novidades

A obrigatoriedade da contribuição dos parlamentares e dos prefeitos não foi alterada: 30% de seus salários líquidos, observadas todas as normas estipuladas em 1982 e reiteradas no 4.º e 5.º Encontros Nacionais, inclusive prestação de contas.

Uma novidade: os assessores parlamentares, vinculados diretamente aos Gabinetes ou Bancadas, passarão a contribuir mensalmente, em porcentagens a serem determinadas segundo o âmbito municipal, estadual ou nacional. A defi-

nição da porcentagem será discutida entre as Bancadas e o Diretório referente, cabendo a este a decisão final no caso de não haver acordo.

Outra mudança é a do repasse entre os núcleos, DMs, DRs e o DN. Todos deverão prestar contas mensalmente e fazer os respectivos repasses a partir da arrecadação real. Além disso, de agora em diante, a instância que não estiver em dia com a tesouraria da instância superior não poderá, através de representantes, participar de suas decisões.

“Foram ajustes necessários para corrigir distorções da regulamentação anterior, que até agora não fora revista”, explica Magela, segundo o qual desta forma “ficará mais fácil gerir e aumentar os recursos de que o PT necessita.”

Mudar o papel

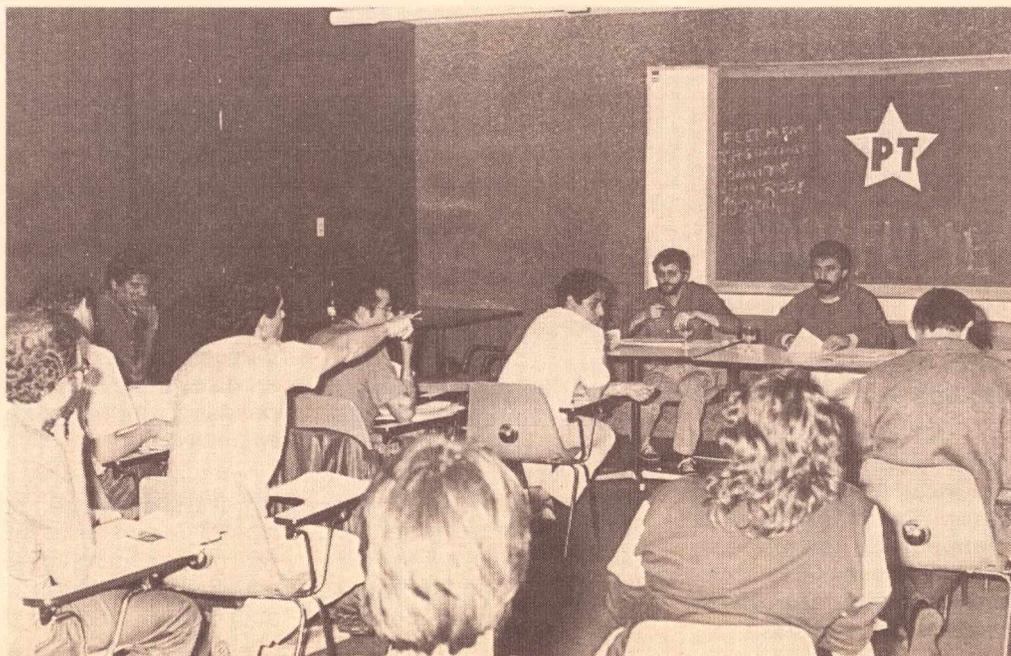
Para completar as modi-

ficações propostas, Magela adianta que é necessário mudar a interpretação do papel da tesouraria. Hoje, muitos diretórios entendem que ela é apenas uma instância com tarefas burocráticas, para a qual às vezes são indicados companheiros que “sobram” na composição dos diretórios. “Não pode ser assim. A tesouraria é parte essencial da vida partidária, pois significa a sustentação de todo o trabalho desenvolvido pelo Partido”, acentua Magela.

Preocupado com os casos de tesoureiros que não têm identificação com as tarefas para as quais foram destacados, Magela sugere uma revisão (quando possível) na composição dos diretórios atuais, ou, então, a atenção voltada para esse ponto nas renovações que ocorrerão nos próximos encontros.

A manutenção das campanhas de finanças, em nível nacional, como é o caso das rifas e das agendas, também ficou acertada na reunião. “Avaliamos o desempenho das campanhas realizadas ano passado e decidimos manter as duas. Modificações serão feitas - a agenda terá um único modelo e a rifa será centralizada na Secretaria Nacional de Finanças. Mas as campanhas regionais continuam a cargo de cada DR conforme suas necessidades”, informa o tesoureiro geral.

Por fim, recomendou-se que todos os diretórios revejam as relações entre as diversas secretarias executivas que os compõem, e que melhorem os contatos tanto em sua esfera de atuação, quanto na integração entre os níveis municipal, estadual e nacional. “Dessa forma”, conclui Magela, vamos garantir maior unidade das várias frentes de ação do PT, favorecendo o planejamento global, facilitando a previsão dos recursos financeiros e da elaboração de campanhas de finanças pelos diretórios.



Responsáveis pelas finanças do PT reunidos em Brasília

Duca Lessa

Movimentos Populares

A estratégia da unificação

Reunião das secretarias estaduais de movimentos populares do PT discute a oportunidade da criação de uma entidade central e a participação na Conam (Confederação Nacional de Associações de Moradores).

Elói Pietá *

A Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP) realizou, no primeiro fim-de-semana de junho, em Belo Horizonte, sua 2.^a Plenária Nacional. A reunião decidiu levar para discussão no partido em todos os estados o tema mais polêmico da reunião: a unificação do movimento popular. Outros pontos importantes foram a criação de uma Central de Movimentos Populares, sua oportunidade, critérios e procedimentos para organizá-la; e qual o entendimento que temos da Conam (Confederação Nacional de Associações de Moradores) e se devemos participar dela ou não.

Estiveram presentes na Plenária os responsáveis pelas secretarias de movimentos populares de oito estados (Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Pará, Rondônia e Minas Gerais). Os participantes recordaram em primeiro lugar as definições a respeito do tema do 5.^o Encontro Nacional do

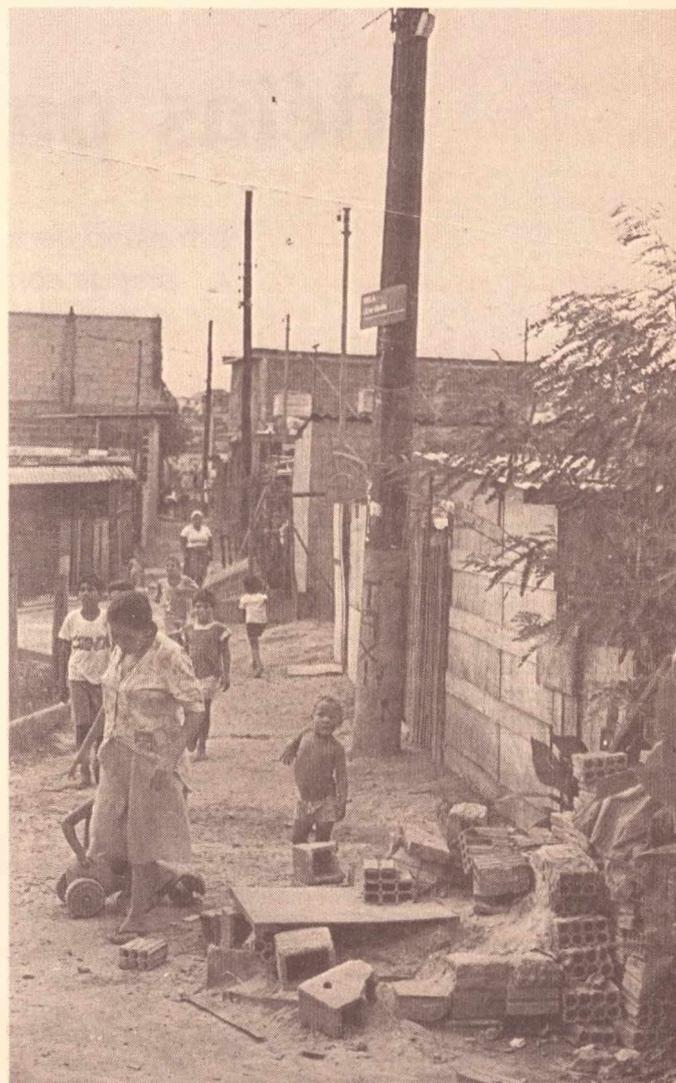
PT: "A unificação dos movimentos populares deve ser entendida como uma estratégia. Para atingi-la a nível nacional, será necessário avançar na unificação local e estadual. Ao mesmo tempo, será necessário reforçar as articulações nacionais por grandes movimentos. Quanto à Conam, que deve ser entendida como uma articulação específica e não como entidade geral dos movimentos populares, o partido deverá orientar um processo de discussão que leve a uma atitude comum dos petistas atuantes em associações de moradores."

Para criar a Central

A Plenária avançou algumas questões para debate. Em primeiro lugar, mostrou-se convencida da necessidade de criar uma Central de Movimentos Populares a nível nacional, estadual e local. A dispersão vivida pelos movimentos populares, atomizados em milhares de entidades e variadíssimas formas de organização, sem relação entre si, exigem um convencimento dos petistas e das lideran-

ças da necessidade de uma política e de uma prática no sentido da unificação. O PT, de acordo com uma política de alianças definidas no 5.^o Encontro Nacional, deve defender essa idéia junto a outros partidos políticos ou segmentos de partidos ligados ao movimento popular. Não será o PT que vai chamar a formação de uma Central. A iniciativa deve ser assumida pelas instâncias do movimento.

A unificação exige um projeto político claro. A Plenária definiu como uma das principais questões deste projeto a luta nacional pela Reforma Urbana. Organicamente, o esforço da unificação deve se dar nos movimentos considerados prioritários, com melhor potencial; levando um processo de unificação pelo menos nos principais municípios e estados, cuidando para integrar o interior; reforçando as articulações por movimentos a nível nacional; e estimulando a formação de um Fórum Nacional de Entidades que faça avançar a criação da Central.



Lisy Leuba Salum

Reforma urbana é luta prioritária

O calendário desse processo orgânico, necessário como referencial dos esforços, deverá ser definido no próprio processo de discussão, que deve ser acompanhado de um esforço de formulação política.

A Conam

Outro tema polêmico na Plenária foi a questão da Conam, que é a única iniciativa de articulação nacional de associações de moradores existente desde 1982. A Conam, onde os PC's têm hegemonia, representa uma base de sustentação da Nova República, com sua política de aproveitar brechas no governo federal para "influenciá-lo", e com sua dependência financeira em relação a órgãos governamentais, especialmente a Seac. Por essa política e aparelhismo, dela se afastaram entidades combativas, como a Famerj (Federação do Rio de Janeiro) e a DBB (de Belém).

Os participantes da reunião consideraram que a participação na Conam pas-

sa por pressupostos políticos e critérios de democracia interna, a serem discutidas previamente com entidades e os PC's. Para tanto, foi decidida a marcação da 3.^a Plenária Nacional da SNMP, nos dias 20 e 21 de agosto, em São Paulo, com a seguinte pauta: plataforma de lutas para as associações de moradores; definir rigidamente os critérios de delegação para o 4.^o Congresso da Conam, em março de 1989, cuja adoção é um dos critérios para participar nele; propor encontros preparatórios para o 4.^o Congresso.

Para um bom resultado da 3.^a Plenária da SNMP, até 15 de agosto deverão ser realizadas reuniões amplas sobre o tema nos estados, e os diretórios regionais deverão fazer um levantamento sobre a conjuntura das associações de moradores em seus estados e a força petista dentro delas, entregando este relato até o dia 20 de julho para a Secretaria Nacional.

* Vereador do PT em Guarulhos

Calendário da SNMP

Julho

22, 23 e 24 - 2.^o Encontro Nacional de Militantes Petistas no Movimento de Mulheres, em Vitória (ES).

Agosto

5, 6 e 7 - 1.^a Reunião Nacional de Ecologistas do PT, em Goiânia (GO).

20 e 21 - 3.^a Plenária Nacional da SNMP, em São Paulo (SP).

27 e 28 - 2.^o Encontro Nacional: O PT e a Questão Racial, em Vitória (ES).

A SNMP (Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT) informa que os companheiros petistas que quiserem participar e/ou contribuir nessas atividades devem procurar

os responsáveis do setor em seus diretórios regionais ou contatar com a SNMP, tel: (011) 575-2299 e falar com Sonia.

Formação política

Idéias para forjar militantes

Um plano de formação integral deve prever diretrizes gerais, precisa contemplar diferentes visões políticas e repelir o dogmatismo das tradicionais "escolas de quadros"

Augusto de Franco *

Chegou a hora de o Partido dos Trabalhadores, partindo da experiência acumulada no último ano, reabrir uma discussão sobre a Formação Política partidária. Para orientar este debate, sugerimos as seguintes diretrizes básicas:

1. O PT deve dirigir seus esforços para a formação integral do militante petista.

A formação dos quadros políticos partidários constitui uma das tarefas essenciais neste momento. Mais do que elevar o nível de informação dos filiados sobre o PT e seu papel na sociedade brasileira, e mais do que fornecer instrumental teórico e político aos militantes para a análise da realidade e a formulação de políticos, precisamos formar militantes que se dediquem cotidianamente às tarefas de intervenção, de organização e de elaboração exigidas pelo Partido. Na formação integral do militante petista, deve-se levar em conta a formação política e a formação ideológica, sem a qual dificilmente se conseguirá motivar os filiados para a militância regular no partido.

2. O PT deve privilegiar, inicialmente, a formação de quadros de nível intermediário.

A decisão da Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP) de concentrar esforços no nível intermediário, como ponto de partida de um amplo processo de formação política, foi uma decisão acertada. Em primeiro lugar porque a nossa carência maior revela-se ao nível das direções intermediárias, capazes de estabelecer as necessárias ligações entre as direções e as bases partidárias. Em segundo lugar porque a formação de quadros

intermediários, além de capacitar militantes para reproduzir, nas bases, o processo de formação, faz pressão sobre os dirigentes, compelindo-os a aprofundar a sua própria formação.

3. *Concepção pedagógica, os métodos, os temas e os conteúdos dos currículos de formação política do PT devem ser objeto de discussão e aprovação nas instâncias de direção partidária.*

Só teremos um partido militante se formarmos nossos militantes dentro do Partido e com base em orientações democraticamente aprovadas. Em assunto tão sério como a formação política partidária, não basta fazer aprovar uma linha geral abstrata de atuação nos diretórios ou Executivas. O Diretório Na-

cional do PT tem que se pronunciar sobre a pedagogia, a metodologia, os temas e os conteúdos dos currículos disciplinares que serão adotados nas regiões do país. Os Diretórios Regionais, Municipais ou Zonais devem, por sua vez, debater e aprovar os planos de formação que serão executados em seus respectivos níveis. Uma vez estabelecidas estas diretrizes, cabe às SFP implementar as decisões tomadas. A formação política petista não pode ficar ao sabor das concepções particulares de quem, em cada momento, assume a responsabilidade pelas secretarias.

Sem doutrinarismo

4. *A formação política e ideológica do PT deve con-*

templar as diversas visões existentes dentro do Partido sobre todas as questões que ainda não tiverem sido objeto de decisão partidária.

Os que participam do processo de formação petista devem ter a oportunidade de receber as várias interpretações existentes, das diversas visões políticas, sobre os assuntos que ainda não foram apreciados pelo Partido e que obrigatoriamente entram nos currículos de formação. Em caso contrário, as SFP estariam fazendo opções teóricas, estratégicas ou táticas antes que o coletivo partidário se tivesse pronunciado. Não é justo, não é correto e não é democrático que o titular de uma SFP, nacional, regional, municipal ou zonal, escolha as visões que lhe pareçam mais acertadas e passe a reproduzi-las nos cursos oferecidos pela sua Secretaria, omitindo as demais. Ao contrário, quando existe definição partidária sobre determinado tema, as deliberações do PT devem constituir a linha mestra, obrigatória, para o tratamento do seu conteúdo.

5. *A formação política petista deve ser antidoutrinária.*

Nosso partido deve recusar as concepções de formação política que levam ao doutrinarismo. Visões particulares sobre pontos polêmicos da teoria social não podem ser apresentadas como se fossem concepções universais, únicas e verdadeiras. Devemos evitar o dogmatismo que caracterizou a formação autoritária nas clássicas escolas de quadros dos partidos comunistas tradicionais.

Compromisso Político

6. *A concepção metodológica dialética da formação política petista não se*

pode basear nas versões vulgares do marxismo.

As sistematizações grosseiras das chamadas "leis da dialética" que eram enfiadas goela abaixo dos militantes nos partidos de esquerda tradicional e que induziam à crença em "leis da história", em "leis" de correspondência necessária entre as forças produtivas e as relações de produção e em leis de determinação automática da superestrutura da sociedade pela base econômica, não podem mais ser repetidas por nosso Partido.

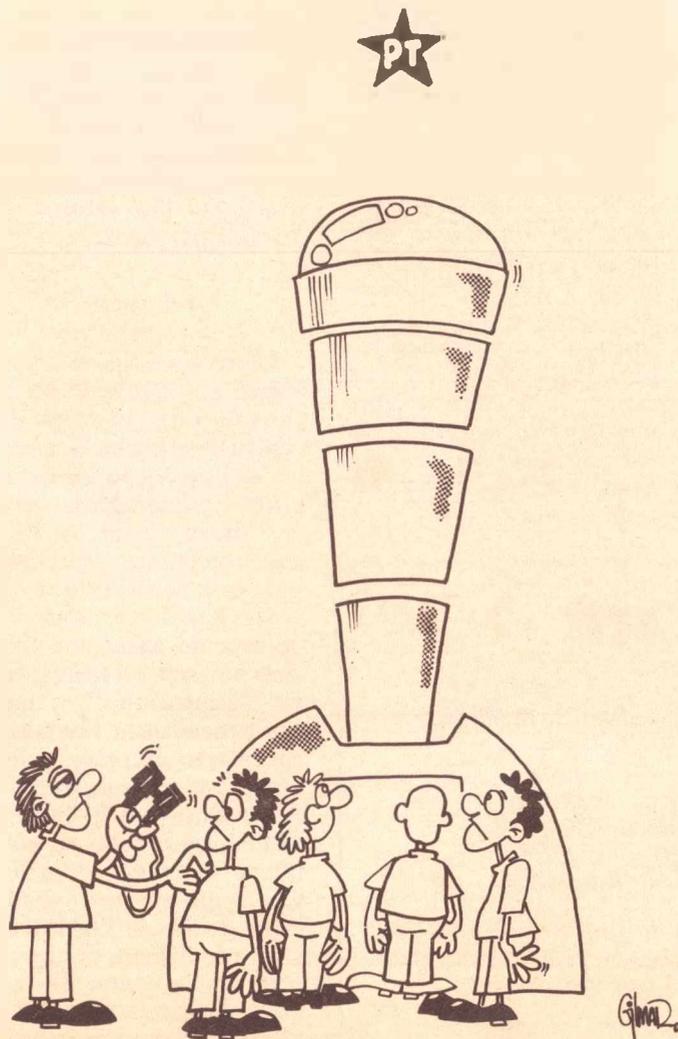
7. *Os militantes formados como monitores pelo PT devem assumir o compromisso partidário de trabalhar nas Secretarias de Formação Política do PT.*

O Partido não pode dar-se ao luxo de formar militantes - capacitando-os como monitores de formação política - sem auferir, em troca, o trabalho desses militantes. O esforço de formação deve mobilizar todo o Partido e ser um compromisso daqueles que já participaram dos cursos partidários, em especial dos que integraram turmas de treinamentos ou capacitação de monitores.

8. *Os convênios de formação entre o PT e instituições externas ao Partido devem ser objeto de discussão e aprovação nas instâncias de direção partidária, isto é, os diretórios.*

O PT deve permanecer aberto a realizar convênios de formação com instituições ou entidades particulares que trabalham na área de formação. Todavia, os convênios já realizados ou que vierem a se realizar neste sentido devem passar pelo crivo do debate partidário e devem ser objeto de deliberação das instâncias dirigentes do PT.

* Membro do Diretório Nacional





Nair Benedicto/ Agência F4

Juventude

Abaixo as velhas fórmulas

A Secretaria Nacional do setor está convidando pessoas interessadas em discutir como realizar um trabalho político entre os mais jovens, a partir de um perfil de seus interesses e expectativas.

Os ventos que sopraram há 20 anos adquiriram força de tempestade política na França, Alemanha, Estados Unidos, Brasil, deixando marcas profundas no rosto do planeta.

A lembrança destes acontecimentos foi tratada com certa nostalgia pela imprensa mundial, limitando-se a análises político-sociais perfeitamente assimiláveis pela mídia, pois o fervor revolucionário que sacudiu as instituições viu-se revestido de uma maquiagem exótica nada ameaçadora à ordem vigente.

Contudo, é inegável que neste final de século as contradições produzidas nos anos 60 se manifestem de maneira distinta nos setores bastante sensíveis às mudanças sociais: a juventude.

Procurar os meios adequados para interpretá-las nas suas expressões passadas e presentes, exige instrumentos eficazes que não se limitem a produzir um elenco de teorias comportamentais que - embora importantes para se estudar o problema -, geralmente encontram numa estante de biblioteca o limite prático de seus enunciados.

Por outro lado, existe o perigo de um rebento de praticidade que, a exemplo das brincadeiras de cabra-cega, se caminha em todas as direções à procura de um alvo muitas vezes inatingível; quando não se encontra à frente um abismo.

O PT também sentiu e

sente a força destes ventos. Ora como brisa ora como verdadeiros furacões, importa ressaltar que as discussões sobre juventude sempre tiveram um início e um meio mas nunca chegaram ao fim. Exemplo disto foram os diversos debates, seminários, encontros, palestras, circulares, comissões, secretarias e núcleos constituídos ao longo da história do partido que acabaram também se transformando em história - alguns em estórias -, ou, então, em um espaço formal inanimado.

Por sorte, a realidade é mais rica e poderosa que os planos mirabolantes ou os projetos fracassados. E isto nos fornece mais combustí-

vel para continuarmos a viagem.

Embora não tenhamos logrado êxito em constituirmos um trabalho edificante junto a parcelas significativas da juventude, também podemos dizer que não houve uma ruptura entre estes setores e o PT. Talvez, o que não seja tão visível como antes, é a imensa euforia juvenil que imprimiu um certo tom às campanhas e eventos programados pelo partido.

Orientar as ações

Para tentar uma nova trilha que não esbarre no emaranhado dos velhos problemas e fórmulas preconcebidas, a **Secretaria de Juventude** convidou algumas pessoas que estão pro-

curando meios mais adequados para se impulsionar esta discussão no interior do PT, sem qualquer pretensão de formular uma política ou orientar as ações do partido junto à juventude.

De imediato, será inaugurado no próximo número do Boletim Nacional uma seção de juventude, em caráter provisório, que procure espelhar o pensamento e as atividades de alguns setores juvenis, na tentativa de apontarmos algumas pistas para um trabalho futuro.

Ao mesmo tempo, serão tomados vários depoimentos de militantes e simpatizantes do PT vinculados a um trabalho com jovens sindicalistas, camponeses,

pequenos-agricultores, artistas, desempregados, etc, no intuito de esboçarmos um perfil deste importante setor da população.

Todo este esforço preliminar não tem para nós nenhum significado paternal ou filantrópico. Apenas é preciso perceber que as expressões que marcam os rostos juvenis têm um significado muito mais profundo daquele causado pelas aparências. E, para se pensar o PT como um partido de massas, é fundamental penetrar na essência de milhões de jovens que representam a continuidade e viabilidade de nosso projeto político.

(Secretaria Nacional de Juventude)

TEORIA E DEBATE N.º 3

Já Saiu!



Aproveite para fazer hoje mesmo a sua assinatura. Mandando o pedido até o dia 10 de julho (de 88), você ganha a edição n.º 1 (reimpressa) da revista, totalmente grátis.

Basta enviar cheque no valor de Cz\$ 1.100,00, nominal ao Partido dos Trabalhadores, juntamente com este cupom preenchido, para o Departamento de Circulação, av. 11 de Junho n.º 260, São Paulo - SP (CEP 04041).

Nome: Telefone: Idade:

Endereço: Cidade:

CEP: Estado: Profissão: Filiado ao PT?

Já conhecia a revista?

Divulgue esta promoção entre os amigos

Cartas, manifestos & quetais

*Em pleno século vinte
Um Congresso Constituinte
Vivendo em alto requinte
As leis está transformando
Declaro aos trabalhadores
Que poucos são defensores
Muitos são conservadores
E se julgam soberanos*

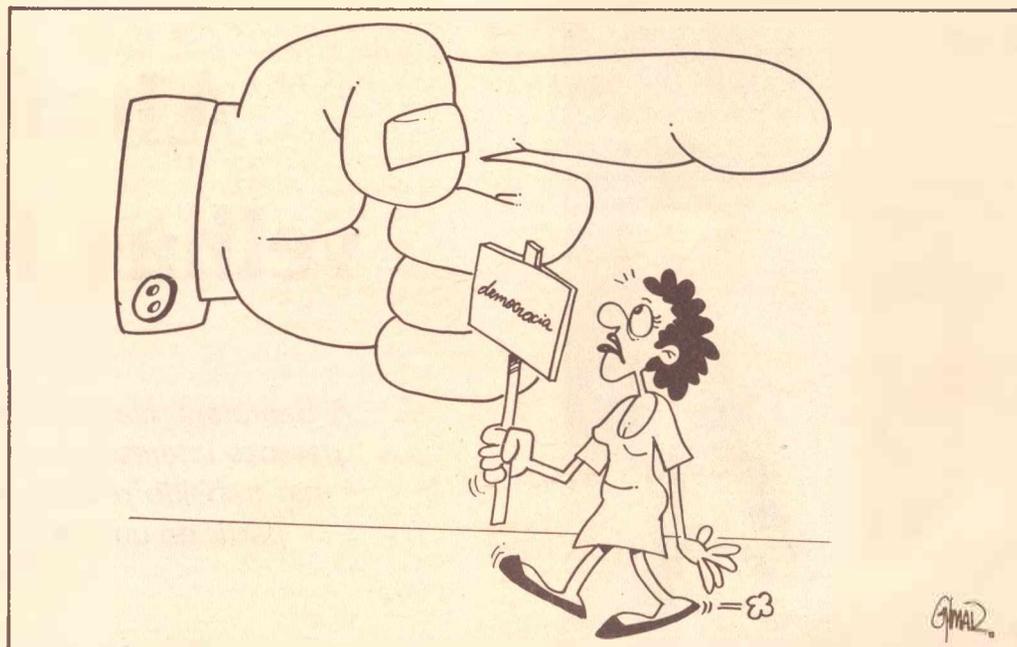
*Seremos mais uma vez
Escravos do tal burguês
Que cheio de estupidez
Pisoteia sobre nós
Até quando assim iremos
Se os amigos que temos
Os poucos que elegemos
Estão sem voz e sem vez?*

*Está na hora, irmãos,
De nossa organização
Declarar revolução
Aos que roubam nosso suor
Demonstrar patriotismo
Construir o socialismo
Contra esse capitalismo
Que mata o trabalhador*

*Pelo Brasil e os irmãos
Que têm amor à nação
Temos como obrigação
Exigir nossos direitos
O Brasil é soberano
Fora norte-americanos,
Suíços e italianos
Que roubam o que temos feito*

*São cento e vinte milhões
Em meio aos espertalhões
Governantes e patrões
Os covardes assassinos
Sabemos que está na hora
De pôr esta gente fora
E o trabalhador agora
Construir o seu destino*

*Somos claros ao falar
É hora de nos aliar
Chega de só apanhar
Vamos começar bater*



*Temos toda a certeza
Afirmamos com clareza
Que toda a classe burguesa
Começará a tremer*

*Chegou a hora banqueiro,
Industrial, fazendeiro
De descer-lhes do puleiro
E que seu mandato se encerre
Queremos um presidente
Contra esses tipos de gente
E que queime a ferro quente
Os peões da UDR*

*Um basta ao trabalho escravo
Para viver de centavos
Enfrentando um leão bravo
Que nos faz de seus cordeiros
Que nos pega e estrangula
Que ao ladrão estimula
Vamos eleger o Lula
O presidente brasileiro*

Rui Alves da Silva
Presidente do Diretório Municipal
do PT de Chopinzinho (Paraná)

Novidades

O último lançamento do setor de publicações do Instituto Cajamar é um Caderno de Debates sobre a Relação Partido-Sindicato.

A publicação contém a síntese dos debates travados em dois seminários realizados pelo Instituto Cajamar, com a participação de dirigentes nacionais e estaduais da CUT e do PT - entre eles Lula, Jair Meneguelli, Avelino Ganzer e José Dirceu.

O Caderno de Debates encontra-se a venda na sede nacional do PT e na sede estadual do PT-São Paulo.

Ele também pode ser solicitado e adquirido pelo correio, Instituto Cajamar, Via Anhanguera, Km 46,5 - CEP 07750 - Jordanésia/SP, a/c de Geraldo Santana, ao custo de Cz\$ 250,00 cada exemplar.

Aí vem o segundo

Após realizar com sucesso o 1.º Encontro Nacional de Militantes Petistas no Movimento das Mulheres, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP) realizará, nos dias 22, 23 e 24 de julho, o 2.º Encontro, para o qual estão sendo esperadas 150 participantes.

A proposta de realização do 2.º Encontro se coloca dentro da perspectiva de:

- resgatar a experiência de intervenção das militantes petistas nos diferentes setores do movimento de mulheres;

- iniciar, de forma coletiva, um processo de elaboração política do Partido sobre os diferentes aspectos da luta pela libertação das mulheres a partir da experiência dessas militantes;

- contribuir para o avanço político do PT, no sentido de incorporar efetivamente ao cotidiano do Partido e nas suas propostas políticas a luta pela libertação das mulheres.

A avaliação da atual situação do movimento de mulheres, o trabalho de mulheres no PT, a política do governo petista em relação às mulheres e a relação do movimento com o Estado e a postura do PT são os pontos da pauta desse Encontro.

A SNMP estará recebendo até o dia 20 deste mês documentos de balanço do movimento de mulheres nos Estados.

BEM OU MAL, MAS FALEM CONOSCO DO BOLETIM NACIONAL

(Escrevam)

Precisamos saber suas opiniões e críticas a respeito do BN. Elas são fundamentais para melhorarmos a publicação.

Por favor, escreva-nos, urgente, informando a respeito do seguinte:

- O conteúdo (matérias, artigos) lhe agrada? O que está faltando?
- A forma (linguagem) ajuda na compreensão do texto?
- A diagramação (distribuição do texto, ilustração, título) facilita a leitura?
- A leitura do BN deixa-o bem informado sobre o seu partido?

Agora sobre você, leitor do BN:

É assinante? () sim () não. Em caso afirmativo, há quanto tempo?

Por que resolveu assinar?

Se não assina, como adquire o seu exemplar?

Por que não assina?

Lê jornais regularmente? Quais?

Assina revistas? Quais?

E filiado ao PT? () sim () não. Como soube do BN?

Nome: Profissão: Idade:
Endereço: Cidade: Estado:
CEP: Telefone:

Abuso de poder

O prefeito de Nova Friburgo, Dr. Heródoto Bento de Melo, suspendeu por 30 dias, com prejuízos financeiros e funcionais, quatro companheiras nossas: professoras Myriam N. de Azevedo, Isaura Marins, Maria A. de Oliveira Jorge e Rosely Michalky.

Num momento em que todo o país passa por uma abertura democrática, esse senhor lança mão de uma medida autoritária e arbitrária contra essas professoras municipais, que com seu mísero salário (piso nacional) tentam lutar por uma melhoria de classe.

Solicitamos aos companheiros que divulgam tal abuso de poder em seus boletins, denunciando a classe trabalhadora que são seus inimigos. Solicitamos também que enviemos telegramas repudiando tal ato de violência contra o direito de livre expressão.

Entendendo como caminho político correto a unificação da luta da classe trabalhadora, saudações sindicais!

Angela M.G. Ribeiro
Fernandes

presidenta do Centro de Professores do Rio de Janeiro - Núcleo Nova Friburgo

Chile Democrático

Em reunião efetuada recentemente com a presença majoritária e representativa dos chilenos, aprovamos em consenso a criação de um novo comitê de solidariedade com o povo chileno. Isto em resposta à insatisfação geral da assembléia, já que desta maneira se transformará em uma organização mais representativa e eficaz.

Chile Democrático se regerá de acordo com os seguintes princípios:

- 1 - Esta organização conformará uma instituição solidária com o povo do Chile, integrada por qualquer pessoa disposta a trabalhar pela volta da democracia no Chile;
- 2 - Esta organização será suprapartidária e pluripartidária;
- 3 - Sua finalidade é a difusão e conservação dos valores culturais chilenos, dentro e fora do país;
- 4 - Será consciente e solidário

com outros movimentos de outros países na luta contra as ditaduras do mundo;
5 - Será também finalidade desta organização a assistência solidária aos companheiros chilenos no exílio.

Solicitamos sua costumeira e fraterna colaboração com o nosso povo chileno e reafirmamos nosso interesse em colaborar e participar de suas atividades.

Gustavo T. Contreras, presidente

A experiência da ida à RDA

A política internacional de nosso Partido se baseia no apoio à luta de todos os povos pela sua libertação e na defesa da autodeterminação; também é nosso objetivo criar e manter contato com todos os movimentos e partidos progressistas do mundo. E foi para ampliar estes contatos que o PT aceitou participar de um curso de três meses na República Democrática Alemã (RDA).

O PT enviou à RDA uma delegação de 16 militantes de seis Estados (MG, SP, SC, RS, PR e SE), que de setembro a de-

zembro de 87 participaram de um curso oferecido pela escola do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSVA), em Leipzig. O curso tratou de questões de Filosofia, Economia Política, História do Movimento Operário e das experiências de construção socialista na Alemanha Oriental. Visitas a fábricas, pequenas empresas, cooperativas, museus e universidades também fizeram parte do programa.

Em fevereiro deste ano, o Instituto Cajamar promoveu um seminário de avaliação da viagem, com a participação dos membros da delegação, com o objetivo principal de levar ao conjunto do Partido as nossas experiências.

Alguns aspectos destacados na avaliação foram: a necessidade de aprofundamento de algumas questões como, por exemplo, as consequências da centralização política e econômica: as relações entre o Partido, o Estado e a Sociedade; questões do Partido como estrutura, democracia interna etc.

Ainda este ano será realizado um novo seminário. Desta vez de aprofundamento, precedido de preparação individual, bibliografia básica e sistematização de dados. Nesta oportunidade serão discutidas outras atividades do grupo.

Gleber Naime, pela delegação.



Cartas para esta seção devem ser enviadas para: Boletim Nacional do PT. Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP.

A Redação poderá resumir ou editar os textos que ultrapassarem 10 linhas.



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, av. 11 de junho, 260, CEP 04041 - São Paulo/SP - fone 575-2299
Coordenador de Imprensa: Rui Falcão
Editor: Cicero Araújo

Repórter: Marisa Lourenço
Colaboradores: Augusto de Franco, César Alvarez, Cláudio Serri, Elói Pietá, Hamilton Pereira, Perseu Abramo, Rogério Sottile, Sergio Suster, Wladimir Pomar.
Ilustração: Gilmar
Diagramação: Carmem Machado Luz
Composição, Fotolitos e Impressão: DCI
Este boletim entrou na gráfica no dia 14 de junho de 1988.
Tiragem: 15 mil exemplares

TERRA E PODER

Elementos para um Programa Agrário do Partido dos Trabalhadores,

é uma publicação do Diretório Nacional, sob a responsabilidade da Secretaria Agrária Nacional. Esta revista representa o conjunto das discussões e propostas formuladas pelos trabalhadores no movimento sindical e nas instâncias do PT. Este material é o chute inicial para construir a linha de orientação e atuação do PT nas lutas dos trabalhadores do campo.

Faça seu pedido na Secretaria Agrária Nacional, Av. 11 de Junho, 260 - 04041 - São Paulo - SP, ou pelo telefone (011) 575-2299. O preço: até 20 exemplares, Cz\$ 70,00 (cada); mais de 20 exemplares, Cz\$ 50,00 (cada).

DIRETÓRIOS

Reforçem as suas finanças entrem em contato conosco, urgente, para garantirmos sua participação nas vendas da revista Teoria e Debate e do Boletim Nacional (em São Paulo, também do Jornal do PT). Liguem ou escrevam para o Departamento de Circulação, na sede nacional Av. 11 de Junho, 260 São Paulo - SP 04041
Tel: (011) 575-2299

Pacotes de 50, 100 150 e 200 exemplares Cz\$ 40,00 a unidade.

Hobsbawn no Brasil

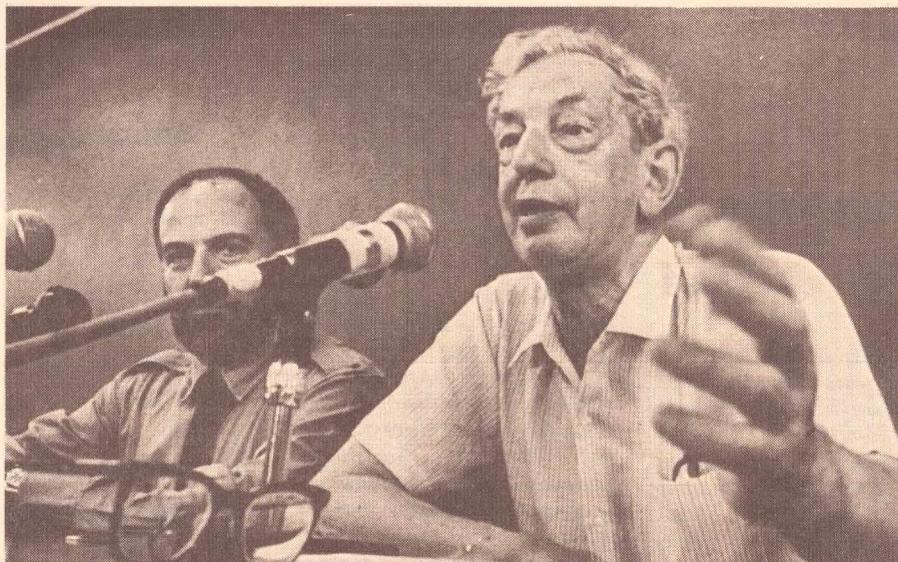
A metamorfose do capitalismo

O intelectual britânico Eric J. Hobsbawn esteve no Brasil entre os dias 5 e 8 de junho passado para participar de uma série de seminários sobre a questão negra. Apesar de seus 71 anos e dos intensos debates realizados na USP e Unicamp, o professor Hobsbawn ainda mostrou muita disposição para conversar com militantes do PT e da CUT que o receberam no Instituto Cajamar e nas dependências da PUC.

O programa acadêmico do historiador envolveu uma mesa-redonda sobre "Cultura e racismo na era dos impérios" e um seminário com o tema "Cidadania, liberdade e o movimento operário europeu", ambos na Unicamp. Na USP, fez uma conferência sobre "Negro, povo e nação". Visitando o Instituto Cajamar, Hobsbawn assistiu a um vídeo sobre a fundação da entidade e fez algumas perguntas sobre a organização e o conteúdo dos cursos ali realizados. Depois conversou com um grupo de sindicalistas da CUT que estavam fazendo um curso sobre a história do movimento operário. A conversa girou em torno de uma pergunta do deputado federal Luis Gushiken, sobre a relação entre o movimento sindical e os partidos na Inglaterra.

No dia seguinte, o historiador foi à PUC, em São Paulo, dar uma palestra promovida pelo Instituto Cajamar, a Fundação Wilson Pinheiro e a revista *Teoria e Debate*. Com o auditório superlotado, Hobsbawn fez um balanço do movimento operário, de seu nascimento (no século XIX) aos nossos dias, e apontou perspectivas. Retomando questões expostas em seu último livro ("A Era dos Impérios", a ser lançado em agosto no Brasil) e nos seminários da USP e Unicamp, seu ponto de vista

Falando a militantes petistas, o historiador inglês afirmou que a civilização moderna está vivendo transformações radicais, cuja compreensão é decisiva para o futuro da luta socialista.



Centenas de pessoas foram ouvir Hobsbawn na PUC.

baseou-se em quatro aspectos fundamentais da evolução recente do capitalismo, que resumiremos a seguir.

Revolução tecnológica

Segundo Hobsbawn, a civilização moderna começou a operar profundas transformações a partir dos anos 50. Em primeiro lugar, uma revolução técnico-científica impulsionada por uma automatização crescente e uma descentralização da produção, fatos que se tornaram mais evidentes nos países centrais do capitalismo (Estados Unidos, Europa e Japão). Ali, o sistema econômico passou a não necessitar mais de grandes contingentes de

trabalhadores, a classe operária parou de crescer numericamente e até começou a diminuir. Por outro lado, chegamos ao fim da época fordista, baseada em grandes unidades de produção e no gerenciamento centralizado; assistimos agora a uma dispersão do processo produtivo - cujo modelo, segundo o historiador, é a empresa Benetton, com seus produtos cada vez menos padronizados -, e, portanto, a uma dispersão da classe operária. Ao mesmo tempo, cresce enormemente o número de assalariados no setor terciário (serviços e comércio).

Em segundo lugar, o nível de vida dos operários

dos países mais industrializados atingiu um patamar que antes era monopólio das camadas médias. É verdade que o desemprego vem aumentando dia-a-dia, mas a sua repercussão social é incomparavelmente menor que nos anos 30, graças a um sofisticado sistema de segurança social organizado pelo Estado. Isso faz com que se amplie o fosso entre a classe operária daqueles países e a do Terceiro Mundo.

Urbanização radical

O aspecto seguinte lembrado por Hobsbawn é que pela primeira vez na história da civilização o campesinato deixou de ser

a maioria da população (em parte da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, praticamente desapareceu). A urbanização radical da sociedade alterou usos e costumes, arrancou o homem do particularismo rural e ligou-o a um sistema cada vez mais integrado. Mas levou também a resultados negativos nos países do Terceiro Mundo que, em meio à recessão mundial, hoje não sabem o que fazer com o enorme contingente de miseráveis que se encontra na cidade e vive em condições bem piores do que se estivesse no campo.

Em quarto lugar o historiador apontou a reestruturação global porque vem passando a economia mundial, que envolve a redistribuição das forças econômicas - a entrada do Japão no primeiro plano do capitalismo e a relativa perda de força dos Estados Unidos -, a desindustrialização de alguns países (Inglaterra, por exemplo) e a industrialização acelerada de outros (Coreia do Sul, Formosa, Brasil etc.). Todavia, esta nova divisão internacional do trabalho e a transnacionalização crescente da produção não foi acompanhada ainda por uma organização correspondente dos trabalhadores.

A luta pelo socialismo, diz Hobsbawn, passa por uma profunda compreensão de todas as consequências advindas das transformações assinaladas acima. Na sua opinião, elas continuam a reservar um papel decisivo para os partidos de trabalhadores em todo o mundo. Na Europa, onde vive, as organizações de esquerda ainda serão as principais alternativas de governo. Finalmente, manifestou esperança de que as mudanças hoje em curso na União Soviética auxiliem o movimento operário internacional a encontrar um caminho de renovação do socialismo.

Os livros do pesquisador

(Principais textos de Hobsbawn editados no Brasil pela Paz e Terra)

1. *A Era das Revoluções (1789-1848)*, 1977, 368 págs.
2. *Revolucionários - Ensaios Contemporâneos*, 1981, 279 págs.
3. *A Era do Capital (1848-1875)*, 1982, 344 págs.
4. *Mundos do Trabalho - Novos Estudos de História Operária*, 1987, 448 págs.
5. *A Era dos Impérios (1875-1914)*, lançamento previsto para agosto na Bienal do Livro.